

História e Crônica: Raul Pompeia e a série “Da Capital”

History and Chronicle: Raul Pompeia and the series "Da Capital"

Rubens Arantes CORREA*

Resumo: O presente trabalho integra os quadros de uma pesquisa mais ampla, na qual investigamos a trajetória, a militância e os ideais políticos de Raul Pompeia (1863-1895), situando-o no contexto brasileiro do final do século XIX. Enfatizamos, particularmente, a produção cronística de Raul Pompeia para o jornal *O Estado de S. Paulo* em uma série que o próprio autor intitulou de “Da Capital” e que foi publicada pelo vespertino paulista entre 1891 e 1893. Procuramos compreender, por meio deste trabalho, como a crônica, enquanto gênero na fronteira entre a literatura e a história, opera como um testemunho documental capaz de revelar as tensões políticas de uma época.

Palavras-chave: Crônica – Raul Pompeia – Intelectuais.

Abstract: This paper integrates the charts of a larger study in which we investigate the trajectory, the militancy and Raul Pompeia’s political ideals (1863-1895) placing him in the Brazilian context in late nineteenth century. We highlight, particularly, Raul Pompeia’s chronicals for the newspaper “*O Estado de São Paulo* in a series which the author titled "Da Capital" and was published by an afternoon newspaper from São Paulo between 1891 and 1893. We have tried to understand, through this work, how the chronicle, as a genre on the border between literature and history, works as a documentary witness able to reveal the political tensions of an era.

Keywords: Chronicle – Raul Pompeia – Intellectuals.

Já não é de hoje que o historiador tem se válido, no exercício de seu ofício, da leitura e da pesquisa histórica por intermédio de uma fonte documental com características bastante peculiares: a crônica. Neste trabalho, entendemos por crônica o gênero literário que emergiu com a proliferação da imprensa no século XIX; portanto, um tipo de texto voltado para um público urbano, consumidor de jornais. Por outro lado, do ponto de vista de sua escrita, a crônica caracteriza-se pela “narrativa curta”, marcada pela brevidade e precisão de seu autor, que, em geral, volta seu olhar para o “mundo que o cerca”, independentemente da temporalidade. O cronista, ao falar da cidade, da política, da economia, dos conflitos urbanos e dos pequenos e banais casos da cena urbana, está sempre dialogando com o tempo – seja o tempo presente como testemunha, seja o tempo passado através da memorialística, seja o tempo futuro enquanto exercício propriamente ficcional.

* Mestre em História – Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Univ. Estadual Paulista, Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. Professor Adjunto do Centro Universitário Claretiano de Batatais, SP. E-mail: rubens-arantes@netsite.com.br.

É exatamente na condição de gênero literário narrativo e como uma modalidade de “reconfiguração do tempo” que se faz da crônica, nas palavras da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2004), um “gênero de fronteira”, aproximando-se da História na medida em que esta também se faz como uma narrativa do tempo na busca da máxima veracidade, por meio da coleta e do trabalho rigoroso das fontes e da construção de sínteses argumentativas e retóricas.

Seguindo, ainda, a argumentação de Pesavento (2004), podemos atribuir à crônica predicados indispensáveis para o trabalho daquele que – como o historiador – busca testemunhos de uma época. Nesse sentido, a crônica funciona como: 1. “registro do cotidiano e das sensibilidades”; 2. documento do “fato excepcional” e das “sociabilidades de um determinado contexto”; 3. “testemunho” do “tempo presente”; 4. “crítica do contexto político-social” de uma da época. (SÃO LEOPOLDO, 2004, p. 64-67).

Em contrapartida, a crônica funciona, ainda, como uma narrativa do tempo passado, na medida em que, a partir de um dado presente, o cronista se coloca a rememorar aquilo que passou, “viveu, viu e ouviu [em] um outro tempo” (2004, p.70). A crônica memorialística, ao demarcar os territórios temporais entre presente e passado, quase sempre cai no exercício do julgamento de valores, quase sempre atribuindo ao tempo que se foi uma época melhor do que o tempo vivido. Tal atributo da crônica memorialística facilita a compreensão das transformações vividas pelos indivíduos no espaço urbano, constantemente impactado pelo advento de novidades tecnológicas, gerando nos sujeitos novas atitudes, sensibilidades e percepções.

Dessa forma, ao recorrer à crônica como testemunho de uma época, o historiador encontra à sua disposição uma diversidade de aspectos, podendo, por meio dela, reconfigurar a realidade de uma dada época, identificando, nesse processo, valores, experiências, sentimentos, projetos políticos, disputas e símbolos vividos pelos sujeitos históricos e traduzidos em palavras pela escrita cronística.

Feitas essas considerações iniciais às características próprias da crônica e suas afinidades com a História, acreditamos ser preciso, ainda, tecer alguns questionamentos quanto à figura do cronista, na condição de autor e narrador afinado com esse gênero literário. Como foi dito, o fato de ter surgido e de ter sido disseminada pela imprensa com o processo de urbanização promovido pela modernidade no mundo ocidental a partir do século XIX, a crônica foi confundida, por muito tempo, como um gênero jornalístico. Entretanto, existe a necessidade de estabelecer algumas diferenças entre o

cronista e o jornalista, até para que possamos perceber o papel ocupado pelo primeiro nesse contexto de constituição contemporâneo do campo literário.

Tal como o jornalista, o cronista também tem o fato como sua matéria-prima. Entretanto, o fato para o cronista é apenas uma sugestão, um alibi, a partir do qual, por meio da imposição estilística, própria ao gênero, e da necessidade de dialogar com o tempo, o narrador reconstrói o próprio fato. Em outras palavras, não há compromisso para o cronista tratar o fato como ele realmente se deu, diferentemente do jornalista, que, no exercício de seu ofício, procura retratá-lo o mais próximo do real.

Embora seja livre para narrar o objeto de sua crônica, podendo modelá-lo apelando para os recursos da imaginação, o cronista não é alguém neutro nesse processo de criação e veiculação do texto impresso. Há uma intenção colhida e manifestada no tratamento dado ao fato, emprestando a esse gênero uma manifestação “altamente pessoal, uma reação individual, íntima ante o espetáculo da vida, das coisas e dos seres”, como afirma Davi Arrigucci Junior (1987, p. 51 apud Gonçalves, s/d).

Nesse sentido, o cronista torna-se um testemunho de um dado tempo, oferecendo ao leitor, dentro de um modelo específico de veiculação do texto – a imprensa diária –, a oportunidade de conhecer suas opiniões morais, seus projetos políticos, suas impressões sobre a vida, o mundo e os homens. Há uma carga de intencionalidade em sua abordagem do fato, ainda que o veículo que utiliza para reconfigurar o tempo e o fato seja a imaginação.

Enfim, se estamos propondo uma leitura da crônica sob o olhar de *Clio*, como fonte privilegiada dos fatos cotidianos da vida na modernidade, também precisamos lembrar que, a partir do próprio cronista, é possível ao historiador reconstruir trajetórias intelectuais, militâncias políticas, retratos de uma época com base em uma determinada visão de mundo. Na tentativa de equilibrar objetividade jornalística e subjetividade literária, o cronista produz um discurso; discurso esse que procura um interlocutor, que nada mais é que o leitor e com o qual pretende estabelecer um diálogo visando à intervenção, à ação propriamente dita na cena urbana.

Especificamente no Brasil, a trajetória da crônica está ligada ao próprio projeto de formação de uma literatura nacional iniciado no século 19 com o Romantismo. De acordo com Afrânio Coutinho (1982), a crônica no Brasil derivou do folhetim, forma de texto narrativo publicado parcialmente na imprensa e que marcou profundamente não só o desenvolvimento da imprensa no país, como também contribuiu para alargar o público leitor de autores nacionais.

José de Alencar foi um dos iniciadores da crônica na imprensa brasileira dedicando ao gênero “a mais alta categoria intelectual”, conforme crítica de Afrânio Coutinho (1982, p. 20). Alencar foi seguido por outros tantos autores que marcaram a história da literatura brasileira entre a segunda metade do século 19 e as primeiras décadas do século 20: Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida, Coelho Neto, Olavo Bilac, Aluísio de Azevedo, João do Rio, Lima Barreto e, claro, Machado de Assis, “que elevou o gênero aos mais elevados níveis de beleza e técnica”. (COUTINHO, 1982, p. 22). Com o *Bruxo do Cosme Velho*, a crônica, segundo Coutinho (1982, p. 24), “atingiu a mais alta perfeição no gênero, uma arte requintada e sutil, em que se reflete o homem que era”.

De tal maneira a crônica ocupou relevância na formação da literatura brasileira que se tornou um “gênero mediador na formação/atuação do intelectual brasileiro” (PIRES, 2003, p. 40) na passagem do século 19 para o século 20, contribuindo para a profissionalização e consagração dos escritores daquele período. A explicação para tal fato pode estar na precariedade do sistema intelectual brasileiro daquele entresséculo, apontado por Luis Costa Lima (1981) em *Dispersa Demanda*, marcado pelo predomínio da imprensa como principal veículo de atuação intelectual.

Tendo em vista todas essas considerações acerca da crônica e suas relações com a História, suas características e sua importância para a configuração de uma ideia de literatura genuinamente brasileira, passamos a privilegiar a produção de crônicas de Raul Pompeia (1863-1895), autor de *O Ateneu*, publicado originalmente na forma de folhetins em 1888 na imprensa carioca. Posteriormente, publicado em livro, *O Ateneu* torna-se uma referência da chamada literatura realista e naturalista praticada no Brasil, guindando seu autor ao reconhecimento de figura de ponta do mundo intelectual de seu tempo e ofuscando toda sua produção literária anterior e posterior a *O Ateneu*.

A despeito disso, Raul Pompeia foi não só um prolífico, mas também um exímio cronista, publicando suas crônicas na imprensa do Rio de Janeiro – *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio* –, de Juiz de Fora – *O Farol* e *O Diário de Minas* – e de São Paulo – *O Estado de S. Paulo*. O crítico literário Afrânio Coutinho – a quem coube a iniciativa de reunir grande parte desse material cronístico e de publicá-lo em quatro volumes – classifica as crônicas de Pompeia em dois tipos: as crônicas lírico-filosóficas, nas quais promove reflexões de natureza metafísica e poética a partir da observação da vida, de paisagens e dos acontecimentos; e as crônicas-comentários, por meio das quais o autor expõe sua visão de mundo acerca de problemas políticos e sociais de seu tempo, além de tratar de fatos corriqueiros da vida urbana.

A obra jornalística de Raul Pompeia tem sido trabalhada por pesquisadores em uma abordagem que enfatiza seus aspectos mais literários e estéticos, como atestam os trabalhos recentes de Marciano Lopes e Silva (2008) e Regina Lúcia de Araújo (2008). Diferentemente da perspectiva adotada por esses autores, preferimos tomar a obra de Raul Pompeia como objeto de pesquisa inserido na perspectiva da história dos intelectuais, vertente da nova história política, preconizada por Jean François Sirinelli, ou seja, investigando seu engajamento nas lutas políticas de seu tempo – movimentos abolicionista e republicano –, suas relações de afinidade/repulsão dentro do campo intelectual ainda em formação no contexto do entresséculo XIX-XX e suas concepções de nação e povo, questões recorrentes em suas crônicas e “escritos políticos”. Para efeito dessa comunicação, delimitamos o tema levando em conta somente a colaboração cronística de Raul Pompeia para *O Estado de S. Paulo*, em uma série que o próprio autor intitulou de “Da Capital”, publicada pelo vespertino paulista entre 1891 e 1893.

Trata-se de um conjunto de 66 crônicas sobre variados assuntos amarrados a um centro geográfico: a cidade do Rio de Janeiro, capital da nascente República, a ex-Corte do Império brasileiro e palco, naquela conjuntura, de turbulências e conflitos envolvendo os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Raul Pompeia, àquela altura, já era um escritor de renome em função do reconhecimento de sua obra *O Ateneu* pelo incipiente público leitor e conhecido por seu engajamento nos movimentos abolicionista e republicano desde os tempos em que fora estudante na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, no princípio da década de 1880. Com a proclamação da República, R. Pompeia embarcou em sua fase de “intoxicação política” e de “exaltação”, segundo testemunho de seu biógrafo Eloy Pontes (1935), atingindo seu clímax durante o tumultuado governo do Marechal Floriano.

Embora o foco central da série “Da Capital” seja a expansão das ideias políticas de seu autor, é possível também fazer uma leitura sobre a percepção do cronista acerca da cidade do Rio de Janeiro, ora noticiando as greves de estivadores do porto e de empregados da Estrada de Ferro Central, ora comentando a vida artística e o “mundo das letras”, como a representação de peças teatrais e lançamentos literários, ora denunciando os problemas urbanos, como a falta de limpeza da cidade e o irregular abastecimento de carne no comércio local. Em crônica datada de 16 de fevereiro de 1891, Raul Pompeia dá aos seus leitores paulistas uma ideia do significado do carnaval no Rio de Janeiro:

O ano para o Rio de Janeiro começa com a quaresma. O ano de trabalho é preciso dizer. Até essa época não se faz verdadeiramente senão esperar pelo carnaval. [...] o carnaval é a grande festa popular do Rio de Janeiro, a única festa, a festa sincera de todos, que tem habilidade de seduzir no seu júbilo, ao mesmo tempo o entusiasmo meio embriagado da gatinha miúda e a curiosidade fervorosamente interessada do que há de mais alto e mais aristocrático nas classes de seleção (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p.45, v.VIII).

O Rio de Janeiro, por essa época em que escreve Pompeia, ainda é a mesma cidade dos tempos do Romantismo, tendo na Rua do Ouvidor seu “coração” em matéria de efervescência urbana. Cortada por ruas estreitas e bondes de tração animal, a cidade, nessa época, já enfrentava problemas típicos de crescimento descontrolado. Fluxos de ex-escravos e imigrantes europeus faziam a população atingir a marca de meio milhão de habitantes na década de 1890 e, com eles, intensificavam-se os problemas sociais, como a falta de habitação, a proliferação de pestes e o aprofundamento da pobreza.

Mas as crônicas de “Da capital” são reveladoras, ainda, do universo ideológico em que seu autor, Raul Pompeia, extravasa suas opiniões sobre o quadro político da época, a ponto de não tratar somente de um modo de ver a realidade e a conjuntura, mas também de, a partir daquele espaço impresso no jornal, convocar seu leitor a agir em nome das causas que entendia serem as mais justas e dignas. Tratava-se de uma tribuna em que o autor, com base no texto, verbalizava seu discurso, como quem fala na expectativa de ser ouvido, não se contentando apenas em ser lido.

O eixo central de todas as inquietações manifestadas em suas crônicas é um só: a recém-fundada república, por quem ele havia lutado, estava em risco, em função do que Pompeia entendia por um conluio de interesses conspiratórios representados pelos monarquistas, especuladores estrangeiros inescrupulosos mancomunados com os centros decisórios do capitalismo internacional e os políticos traidores da pátria.

A geração de intelectuais à qual pertenceu Raul Pompeia foi fortemente influenciada pelos ideais políticos e cientificistas da época gestados na Europa. Concepções de liberdade derivadas do Liberalismo, a recepção do Positivismo francês e seus derivativos deterministas e biologicistas, além dos efeitos dos movimentos políticos na Alemanha que culminaram com a unificação dos Estados germânicos, alimentando, internamente, um discurso de vícios nacionalista, tornaram-se as referências dos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX. Esse contexto histórico e filosófico serviu de combustível para a formação e consolidação do ideário ideológico do pensamento brasileiro do final do século XIX e início do XX: abolicionismo,

república e nação. Raul Pompeia foi tributário desse mesmo ideário, tingindo-o de um caráter mais jacobinista.

Derrubada a Monarquia, os primeiros anos do novo regime foram marcados por cisões dentro do grupo de intelectuais e literatos do Rio de Janeiro, o mesmo grupo que à época da propaganda agitava a cidade por meio de *meetings*, concorridas conferências, artigos de jornais e panfletos. Uma parcela desse grupo de republicanos compôs, ao lado de parlamentares, um núcleo de agitadores republicanos bastante atuantes, sobretudo a partir dos trabalhos do Congresso Constituinte. Quando da promulgação da Constituição de 1891, Raul Pompeia escreveu uma crônica em que expôs sua tese sobre a necessidade de um partido nacional que reunisse todos os republicanos como forma de garantia e proteção ao regime:

Já é tempo, sem dúvida, de se organizar na República um partido republicano, que condense no seu programa, expressa e nitidamente, os princípios que devem constituir genuinamente a alma política da nova pátria. [...] Enquanto isto não se fizer corremos o risco de ver monstruosidades como a comunhão de republicanos puros com os execrados chefes da resistência negreira [...] (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 60-61, v. VIII).

A 15 de abril de 1891, escreveu sobre a abdicação de Pedro I, ocorrida sessenta anos antes. Aproveitou a lembrança do fato para fazer uma espécie de juízo comparativo acerca das formas de governo e concluiu reafirmando sua crença na república, convocando todos à sua defesa:

Formadas em república, que é uma forma de governo que pretende ser a única moralizada, com muito mais razão entendemos que a melhor propaganda política é um convite de cada político, de cada cidadão a si mesmo, para o procedimento correto e intemerato da vida pública. Façamos a greve da moralidade! É o conselho a seguir. E o governo, bloqueado pela energia unânime do povo, há de ser necessariamente honrado e bom (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 72, v. VIII).

Conforme o clima político foi se tornando ainda mais hostil a Deodoro da Fonseca, as crônicas de Raul Pompeia foram ganhando um tom ainda mais ardoroso na defesa de seu governo e da República. A nomeação do Barão de Lucena, o fechamento do Congresso e a decretação de Estado de Sítio, no entanto, deixaram clara a falta de sustentação do governo Deodoro, levando-o a renunciar a 23 de novembro de 1891, após a ameaça da Marinha de bombardeio ao Rio de Janeiro. Sete dias depois, publicou

em sua coluna, no *Estadão*, suas impressões sobre as razões que levaram o velho marechal à renúncia.

Acusava os “desalmados especuladores” (p. 139) e os “desinteressados pelos destinos do Brasil” (p. 140) como responsáveis pelas crises políticas que atormentaram o governo de Deodoro da Fonseca e vaticinava:

Antes de nos precipitarmos em crises de desespero político, das quais só por milagre nos vamos salvando, vejamos se o pior dos nossos males não nos vem do estrangeiro que nos vende libras em Londres e do estrangeiro que nos vende tudo em nosso próprio país, mesmo as espécies as mais comezinhas da produção nacional (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 141, v. VIII).

Raul Pompeia desenvolveu uma curiosa teoria sobre a urgência da defesa dos interesses da República no Brasil na quadra dos governos Deodoro da Fonseca/Floriano Peixoto. Nessa teoria, o risco de uma ruptura institucional definitiva encontrava-se no fato de que, para ele, o Brasil continuava sendo uma colônia. Para tanto, trabalhavam os “sebastianistas”, partidários da restauração da monarquia, comerciantes estrangeiros – sobretudo lusitanos – que controlavam a atividade na capital da República, praticando preços abusivos e extorquindo a população, políticos e especuladores que aproveitavam a crise do encilhamento, e até mesmo os imigrantes que, àquela oportunidade, entravam em grande massa no Brasil, sobretudo nas regiões cafeeiras.

Pompeia colocou-se contrário ao subsídio oficial como forma de incentivo à imigração, argumentando que eles [imigrantes], quando em terras brasileiras, se recusaram a aceitar e seguir os costumes nacionais, contribuindo para corromper a língua nacional, além de conspirarem contra a República. E foi mais longe, afirmando, em 19 de julho de 1892, que:

O Brasil não precisa de trabalhadores: é uma mentira. Basta que saiba acomodar-se com os seus recursos honesta e cautelosamente para a organização do trabalho. Para o seu engrandecimento, ele precisa, sim, mas de novos concidadãos, de irmãos adotivos, de naturais amigos: ao de naturalíssimos inimigos conforme a migração em massa sabe produzir (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 220, v. VIII).

Voltava ao assunto em outra crônica (datada de 25 de julho de 1892), em que atacou os imigrantes como “invasores”, defendendo, novamente, a sua tese de que o país não precisava de trabalhadores, pois estes já existiam, referindo-se aos negros

egressos da escravidão, bastando, somente, que autoridades e proprietários rurais lhes dessem condições e oportunidades de trabalho:

Precisamos, antes de tudo, volver os olhos para o negro – o negro generoso e forte, que os declamadores da invasão injuriam e desdenham, o negro glorioso da instituição de toda a fortuna em nossa pátria, o negro heroico e invencível que encheu de pânico e assombro os campos da guerra no Paraguai, o negro de cuja raça emergiu essa grande alma – apoteose, que o Brasil conheceu com o nome de Luís Gama.

É preciso que a lavoura recalque energicamente qualquer vestígio de anacrônicas prevenções escravistas e trate nobremente com a raça de trabalhadores. Andam dispersos? É preciso cuidar dos meios de congregá-los. Os abolicionistas, hoje deploravelmente distraídos em grande número, por questiúnculas de baixa politicagem, deviam compreender que a eles cabe a rigorosa obrigação de salvar dos desastres da liberdade a raça infeliz que eles libertaram. Da parte do agricultor, deve haver empenho em buscar a colaboração desses homens de espáduas fortes e coração benigno (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 229, v. VIII).

Seguindo a tese da conspiração antirrepublicana que se formara, em particular no Rio de Janeiro, Raul Pompeia saiu em defesa do papel do Exército enquanto ator político capaz de regulamentar a vida nacional contra os especulares inescrupulosos e políticos desinteressados com os destinos da pátria. A 23 de fevereiro de 1892, escreveu:

Inaugurador do regime republicano entre nós, o soldado brasileiro só tem um dever ativo em política: é defender a república. Mas, contra a monarquia; quando a maquinação sebastianista mais audaciosamente se revele. [...] Além desse caso especial da política republicana no Brasil, ainda é positivamente incontestável a legitimidade das manifestações militares em política, quando o erro, a cegueira política, encaminhe visivelmente a pátria para qualquer grave compromisso, desonroso ou funesto, com o estrangeiro (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 176-177, v. VIII).

A 3 de março de 1892, denunciou a espoliação a que o Brasil estava submetido por capitalistas estrangeiros, espoliação manifesta não só nos empréstimos e financiamentos, como também no controle do comércio de mercadorias de primeiras necessidades no Rio de Janeiro. E conclamou a caserna para agir contra os golpistas traiçoeiros e os partidários da intriga da politicagem:

A República é uma coisa que os estrangeiros poderosos odeiam; a República é a independência nacional que os metropolitanos de quem dependemos não querem que tenhamos. A República é, pois, uma casa de defesa nacional. Sustentar a República é como guardar as fronteiras da pátria.

Ao soldado incumbe, pois, proteger a tranquilidade da vida republicana, com o mesmo ardor com que ele sabe que tem de defender a integridade da nação. E contra o mesmo perigo! Num caso e noutro, contra a invasão audaciosa e humilhante do estrangeiro (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 180, v. VIII).

E esse tom alarmista de denúncia e de conspiração vai marcar toda a correspondência de Raul Pompeia ao *Estado de S. Paulo* até 27 de julho de 1893, quando encerra a série “Da Capital”. A sublevação de soldados estacionados na Fortaleza de Santa Cruz, as cisões no Rio Grande do Sul durante o episódio da Revolta Federalista, a movimentação da Armada sob comando de Custódio José de Melo, enfim, todos os fatos que compuseram o conturbado governo de Floriano Peixoto são retratados por Raul Pompeia para seus leitores paulistas. No auge da oposição ao florianismo, Raul Pompeia escreveu em sua coluna, a 12 de maio de 1892, uma declaração de apoio às ações repressivas do velho marechal, afirmando:

O governo de Deodoro foi o da criação republicana, a que se seguiram as desordens de toda a espécie de gêneses; desordens que se não caracterizaram por derramamento de sangue porque o espírito de reação foi (talvez sabiamente) subornado por imensos desperdícios de ouro. Mas Floriano Peixoto vai realizando evidentemente a consolidação da forma republicana federal (se a constituição não mente). Seu programa, que, por falta de boa fé, se diz ser uma esfinge, é o mais claro possível. Reabilitou ou desagrovou o Congresso dos legisladores federais, ultrajado pelo ato de 4 de novembro e pelos aplausos e protestos de adesão que se seguiram pelos Estados. Fez energicamente sentir a ação central em nome da verdade do federalismo, contra as organizações começadas pelos Estados, e que era impossível absolutamente tomar a priori por coisa séria [...] (POMPEIA apud COUTINHO, 1982, p. 198, v. VIII).

Aderiu à causa florianista em um contexto em que boa parte da intelectualidade se colocava contra o velho marechal, entre eles, Euclides da Cunha, a quem coube, em genial artigo, atribuir a Floriano Peixoto a alcunha de “Marechal de Ferro”. De um lado, era um ídolo dos republicanos radicais naquela conjuntura, os quais viam nele a legitimidade para fazer valer os ideais mais “puros” da República; de outro, um ditador sanguinário, responsável por determinar ordens de execuções sumárias e prisões sem acusação formal.

Por fim, há uma crônica que encerra a concepção que Raul Pompeia tinha de História. Em 19 de janeiro de 1892, o cronista faz ver ao leitor paulista aquilo que entendia como processo de desenvolvimento histórico das nações, constatando que, na América do Sul, ainda não havia uma “civilização” em termos de progresso e de raça, comparativamente à América do Norte, onde os Estados Unidos, colonizados por ingleses, haviam alcançado por força da capacidade e habilidade inerente à personalidade desse povo. Já os sul-americanos sofriam das impaciências e inércias típicas dos povos latinos que os colonizaram.

Nesse sentido, voltou-se para o Brasil para sustentar sua tese, afirmando que a fragilidade e a inoperância do regime monárquico haviam condenado o país ao atraso. Veio a República, mas esta não fora forte o bastante – pelo menos até aquele instante – para ingressar o país no caminho da civilização e do progresso.

Ainda que sucintamente, é possível perceber, por meio dessa pequena série de crônicas, as contradições e os conflitos que marcaram os primórdios da República no Brasil vistos pela perspectiva de um intelectual típico daquela conjuntura histórica. O repertório de Raul Pompeia na série “Da Capital” publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* é próprio do final do século XIX no Brasil, quando a intelectualidade consumia as modas literárias e filosóficas europeias e por meio das quais procurava intervir no debate público.

E a imprensa constituiu o principal veículo dessa intervenção pública do intelectual brasileiro do final do século XIX. Por meio dela e, sobretudo, através da crônica, é possível reconfigurar o debate político nos momentos iniciais da República no Brasil, marcado por disputas em torno de projetos de nação em construção.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Regina Lúcia de. *Raul Pompeia: jornalismo e prosa poética*. Goiás: UCG, 2008.
- ARRIUGUCCI JR., Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 51. In: GONÇALVES, Paulo de Tarso. *Crônica como história: cultura e prosa em Londrina nos anos 50*. Disponível em: <<http://detarsohistoria.blogspot.com/2008/10/crnica-como-histria.html>>. Acesso em: 16 ago. 2011.
- CORREA, Rubens Arantes. As crônicas de Raul Pompeia: um retrato da vida política brasileira do final do século XIX. *Claretiano: Revista do Centro Universitário*, Batatais, n. 4, p. 65-75, jan./dez. 2004.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). *Raul Pompeia: obras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Olac, 1982. v. VI e VIII.

- CUNHA, Euclides. *Antologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1966, p. 101-102.
- LIMA, Luis Costa. *Dispersa Demanda* (ensaios sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 3-29.
- LOPES E SILVA, Marciano. *O mal de D. Quixote: Romantismo e filosofia da História na obra de Raul Pompeia*. São Paulo: Unesp, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: fronteira da narrativa histórica. *História*, Porto Alegre, v. 8, n.10, p. 61-80, jul./dez. 2004.
- PIRES, Maria Isabel Edom. A crônica como gênero mediador na formação/atuação do intelectual brasileiro no entresséculo XIX-XX. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus Universitet, Aarhus-Dinamarca, n. 8, p. 40-48, 2003.
- PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- PORTOLOMEOS, Andréa. *A crônica machadiana na formação da literatura brasileira*. Disponível em:
<http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/A%20cr%C3%B4nica%20machadiana%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20literatura%20brasileira.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2011.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

Artigo recebido em 05/10/2011. Aprovado em 10/12/2011.